



3026219 00135.213483/2022-07

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**

SCS - B - Quadra 09 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A  
Brasília, DF. CEP 70308-200. - <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

Nota Pública CNDH nº 21/2022

**CNDH lamenta mortes de Bruno Pereira e Dom Phillips, recomenda continuidade de investigações e exige apuração da responsabilidade da Funai**

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), órgão colegiado instituído pela Lei nº 12.986/2014, vem a público lamentar profundamente as mortes do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, brutalmente assassinados na região da Terra Indígena (TI) Vale do Javari, no Amazonas. O CNDH manifesta solidariedade às famílias enlutadas, amigos/os e categorias profissionais de ambos. Essas mortes são expressões da crescente violência contra indigenistas e jornalistas no Brasil.

Bruno Pereira e Dom Phillips estavam na região apurando denúncias de invasão da Terra Indígena (TI) Vale do Javari, no Amazonas, pesca ilegal pirarucu e tracajás (quelônios da Amazônia) e outras violações de direitos humanos. Na quarta-feira, 15, os corpos foram encontrados, após Amarildo da Costa de Oliveira, o “Pelado”, ter confessado o crime. Todo o contexto da região e a gravidade das denúncias que vinham sendo feitas por Bruno Pereira aos órgãos competentes são indícios de que outras pessoas estão envolvidas no caso.

Após a coletiva de imprensa da Polícia Federal, realizada ontem, a União dos Povos Indígenas Vale do Javari (UNIVAJA) publicou Nota Pública<sup>[1]</sup>, destacando que os resultados só foram alcançados, porque havia participação intensa dos povos indígenas nas buscas. Na referida nota, a UNIVAJA reafirma que é indispensável que as investigações continuem, considerando-se que este não é um caso isolado, tampouco um crime corriqueiro. A morte desses defensores dos povos indígenas está engendradora em uma teia de invasores que permanentemente ameaçam a vida dos povos indígenas do Vale do Javari e a de quem se dispõe a defendê-los.

Destaca-se que a Equipe de Vigilância da UNIVAJA (EVU) foi determinante para as buscas, estando mobilizada desde o primeiro dia do desaparecimento e estando incansavelmente à disposição dos trabalhos para se encontrar Bruno Pereira e Dom Phillips. Lamentavelmente, a coletiva de imprensa invisibilizou a participação dos povos originários nos trabalhos de busca.

O CNDH exige a continuidade das investigações, a fim de que os mandantes sejam identificados, assim como a apuração de possíveis responsabilidades da Funai pela violação de direitos dos povos indígenas isolados e de omissão na proteção de defensores de direitos humanos. Além da necessidade de esclarecimento dos assassinatos, a medida é fundamental para que indígenas e defensoras/es de direitos que atuam na região tenham sua segurança garantida.

Diante dos fatos, a Mesa Diretora do CNDH voltará a se reunir amanhã, 17, para discutir novas recomendações do órgão para a garantia de direitos humanos e responsabilização de agentes

**Riscos à atuação institucional e defesa de índios isolados**

Diferentes documentos do CNDH registram a preocupação do órgão com a situação dos povos indígenas no Brasil frente a constantes ameaças e violações de direitos. Em recomendação expedida no dia 7 de junho, Recomendação nº 21/2022<sup>[2]</sup>, o CNDH recomendou à União a disponibilização de

equipes de busca e resgate aos desaparecidos. Também recomendou à União, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), Polícia Federal e Forças Armadas, que atue para assegurar a defesa dos direitos dos povos indígenas fornecendo condições de trabalho seguras para agentes que atuam na fiscalização do território do Vale do Javari, assim como na proteção dos povos indígenas da região. Ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, recomendou também a investigação das ameaças denunciadas.

O CNDH tem recebido reiteradas denúncias de violações de direitos dos povos indígenas isolados. Exemplo disso, em março de 2020, recomendou oficialmente, junto à Sexta Câmara do Ministério Público Federal (MPF), ao presidente da Funai, Marcelo Xavier, a revogação da liberação de contato com povos indígenas em situação de isolamento voluntário durante a pandemia de coronavírus.

Em agosto daquele ano, também expediu Nota Pública[3] em que manifestou solidariedade e preocupação contra o pedido de instauração de processo na corregedoria do Ministério Público Federal (MPF) contra quatro procuradoras/es da República pela presidência da Funai. As/Os procuradoras/es haviam assinado conjuntamente uma petição de Ação Civil Pública com vistas à proteção dos direitos dos povos indígenas isolados e obtido liminar no TRF1 para o afastamento de pastor indicado em substituição a Bruno Pereira no cargo de coordenador de índios isolados na Funai, com indícios de desvio de finalidade no ato.

Cumprir ter em vista que Bruno Pereira foi exonerado após coordenar uma operação onde centenas de garimpeiros foram expulsos da terra indígena Yanomami, em Roraima. O Estado brasileiro não cumpriu seu dever de proteger a terra indígena e a atuação do servidor público que atuou em sua defesa. Sem a proteção do Estado e da Funai, Bruno e demais integrantes da UNIJAVA seguiram sua atuação na região do Vale do Javari enfrentando riscos.

Bruno Pereira colaborou com o CNDH participando de debates e dando sugestões para o conteúdo da Resolução CNDH nº 44/2020[4] que dispõe sobre princípios, diretrizes e recomendações para a garantia dos direitos humanos dos povos indígenas isolados e de recente contato, bem como para a salvaguarda da vida e bem-estar desses povos, a qual não foi acolhida pela Funai.

Em 2021, por meio da Recomendação nº 04/2021[5], o Conselho também recomendou à Funai a adoção de medidas que garantam os direitos humanos dos povos indígenas Oro Win, Uru Eu Wau Wau e Amondawa, além de povos indígenas em situação de isolamento, que habitam a Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, em Rondônia. A região é historicamente alvo de invasões de garimpeiros, de desmatamentos, roubo de madeira e grilagem de terra.

O CNDH reitera a necessidade de garantia dos direitos dos povos indígenas, do enfrentamento à violência contra comunicadoras e comunicadores e da proteção a defensoras e defensores dos direitos humanos.

Brasília, 16 de junho de 2022

## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

---

[1] A Nota da UNIVAJA está disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2022/06/nota-da-univaja-sobre-o-assassinato-de-pereira-e-phillips-150622.pdf>

[2] A Recomendação CNDH nº 21/2022 está disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/recomendacao-n-21-2022>

[3] A Nota Pública está disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/mocoos-e-notas/notaintimidacao.pdf>

[4] A Resolução CNDH Nº 44/2020 está disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/resolucao-n-44-de-10-de-dezembro-de-2020-2>

[5] A Recomendação CNDH Nº 04/2021 está disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/recomendacao-n-04-de-12-de-marco-de-2021>